

HISTÓRIA COMPARADA DA EDUCAÇÃO SACERDOTAL NOS SEMINÁRIOS DA PARAÍBA E SERGIPE (1894-1933)

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto – UFRN

EIXO: 5 - Historiografia da educação brasileira e história comparada

I – INTRODUÇÃO

Ao estudar a história da Igreja Católica a partir dos seminários no período dos primeiros anos da república brasileira, deparei-me com um dilema: Será que sendo os seminários católicos, diocesanos, conseqüentemente obedientes ao Papa e sendo eles o meio de soerguimento da instituição Igreja que vinha perdendo espaços para outras confissões religiosas, não teriam eles os mesmos fundamentos, o mesmo ideal educativo, as mesmas práticas eclesiástico-escolares?

Para responder a tal questão vali-me do procedimento teórico-metodológico da história comparada da educação tomando como objeto de estudo os fundamentos eclesiástico-educacionais orientadores da formação sacerdotal em dois dos seminários nordestinos: o da Paraíba e o de Aracaju sob a direção de D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques e de D. José Thomas Gomes da Silva respectivamente, no período compreendido entre 1894 e 1933. O objetivo foi o de perceber como as orientações da Igreja Romana se implementaram e se houve, ou não, uma homogeneização nas práticas eclesiástico-educativas já que as “ordens” eram as mesmas para todos os seminários.

Com este propósito foram investigadas fontes documentais como cartas pastorais, boletim, os estatutos, anuário eclesiástico, livro de Tombo, livro de registro e os jornais das Dioceses, além dos documentos originados no Concílio de Trento, no Concílio Vaticano I e no primeiro Código de Direito Canônico.

III - O CONCILIO DE TRENTO E A PROPOSTA PARA A FORMAÇÃO DOS PADRES

Ao longo dos tempos muitos assumiram a função de padre, mas nem sempre com as características pertinentes a um líder espiritual. Foi somente com o Concílio de Trento que foi pensado uma educação específica para os sacerdotes

No contexto da Contra –Reforma o Concílio de Trento, convocado pelo Papa Paulo III e realizado entre 1545 e 1563, na cidade ed Trento, teve como principal função combater o protestantismo em ascensão. Para tanto emitiu ao longo sos seus doze anos, numerosos decretos disciplinares. O concílio explicitou as doutrinas católicas quanto à

salvação, aos sacramentos e ao cânone bíblico, em oposição aos protestantes e padronizou a missa, conhecida como “Missa Tridentina” abolindo as variações locais.

O Concílio regulou também as obrigações dos bispos e confirmou a presença de Cristo na eucaristia, reconheceu a superioridade do papa sobre a assembléia conciliar, designou o índice de livros proibidos *Index Librorum Prohibitorum* e reorganizou a Inquisição.

Foi também no Concílio de Trento que fora decidido à criação dos seminários como centros de formação sacerdotal. O seminário passou a ser uma instituição que proporcionava o convívio religioso, a escolarização de seus alunos e a adequada formação sacerdotal. Lá deveriam ser ensinados os conteúdos filosóficos e teológicos tendo por base a disciplina, a ordem, a doutrina cristã e a liturgia.

IV - A IGREJA E SUA POLÍTICA EXPANSIONISTA NO BRASIL

Embora o Brasil tenha sido descoberto em 1500 e apenas em 1549 tenha começado a ser catequizado, ele estava sob o regime de padroado ultramarino, segundo o qual, em nome da evangelização dos povos indígenas, os monarcas dispunham do direito de administrar assuntos religiosos, subordinando as necessidades da Igreja aos interesses da Coroa. Apesar dos abusos verificados, tal regime manteve-se, embora vários concílios, incluindo o de Trento, tenham procurado restringir e regular o exercício de tal direito, permanecendo assim até que o Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890 extinguiu o Padroado, separou a Igreja do Estado e proclamou a república brasileira.

A partir daquele momento histórico a Igreja reviu sua estrutura e seus idéias, mesmo porque já não mais contava com os subsídios do Estado, e decidiu por reestruturar suas ações e ideais. Começou por criar dioceses em todos os estados e nos municípios maiores, dotando-as de casas de formação sacerdotal como apregoava o tão distante Concílio de Trento, ratificado pelo Concílio Vaticano I (1869-1870) e depois pelo Código de Direito Canônico.

Para o Miceli, após a laicização a Santa Sé assumiu uma postura expansionista de estadualização marcadamente patrimonialista, sem deixar de lado as metas de romanização, quer em nível de “[...] treinamento dos futuros dignatários, do estilo e orientação de mando episcopal, quer da partilha do território brasileiro entre as congregações religiosas mais dependentes e leais ao vaticano”. (MICELI, 1988, p.13)

Assim, assumindo essa política A Igreja, embora laica, quem a patrocinou foi o Estado. Não sem razão. Se por um lado a Igreja contava como diretriz–mor, para a sua política expansionista, com prestação de serviços educacionais para as elites, do outro “[...]”

não podendo arcar diretamente com os encargos financeiros e institucionais [...] os governantes estaduais e alguns setores de peso dos grupos dirigentes locais, preferiram dar mão forte aos empreendimentos confessionais”. (MICELI, 1988, p.23). Deste modo, tal elo, ao ver do autor, significou mais do que investimentos nos setores educacionais da igreja, mas um crescimento e diversificação nos espaços destinados ao recrutamento e formação de quadros.

V – OS FUNDAMENTOS ECLESIAÍSTICO-EDUCACIONAIS ORIENTADORES DA FORMAÇÃO SACERDOTAL

As dioceses da Paraíba do Norte e de Aracaju são dois exemplos dessa política expansionista. Atendendo aos anseios da Igreja, elas foram criadas e implantadas, utilizando-se de ideais romanizados, que por sua vez buscaram inspirações no Concílio tridentino. Tendo como fundamentos combater o protestantismo, formar o padre idôneo e doutrinar os fieis. (DICIONÁRIO DE DIREITO CANÔNICO, 1867) tais dioceses, através das práticas de seus bispos soergueram a instituição Igreja Católica que vinha perdendo espaços para outras confissões religiosas.

Assim, o combate ao protestantismo se deu na medida em que essas dioceses criaram suas paróquias e seus seminários, estes formavam seus padres que por sua vez, trabalhavam junto à imprensa e através de seus discursos combatiam o protestantismo. Tais discursos eram povoados de proibições e excomunhões às seitas e religiões outras, eram verdadeiros atos de louvor em favor do catolicismo.

Quanto a formação do padre idôneo, que quer dizer adequado aos novas idéias da Igreja, houve uma certa afluência, um certo consenso em preparar, com o maior rigor possível o novo representante da Igreja. Para tanto o estabelecimento de seminários diocesanos baseados por sua vez na mais rígida disciplina, buscando no doutrinamento e na preparação intelectual, baseada na filosofia tomista e nos preceitos teológicos, a composição de um conjunto de regras que iam desde a escolha dos candidatos a seminaristas à maneira de se vestir, até a regulação dos horários e do que podiam fazer para se divertir. Tinham como pressuposto a reclusão e o respeito às regras, na medida que estas adequavam seus comportamentos.

A formação desses padres, por sua vez, tinha como princípio doutrinar os fieis. Para tanto utilizavam a prédica, a retórica e a oratória, aprendidas dentro do Seminário através das disciplinas que dentre outras contava com Eloquência Sagrada, Pastoral, Retórica, Oratória e Liturgia. Deste modo a preparação para o convencimento fazia com que as suas conferências fossem mais acreditadas pelos fieis e os sermões das missas muito mais

eficientes. Sem contar que o padre servia de exemplo, entendido por muitos como símbolo de retidão, honestidade e santidade. Aos fieis ficava muito mais fácil a crença e o acompanhamento daqueles que se mostravam idôneos.

VI – AS NORMAS PARA SOLIDIFICAÇÃO DOS FUNDAMENTOS NOS SEMINÁRIOS NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO E SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

Ao ter como fundamentos: combater o protestantismo, formar o padre idôneo e doutrinar os fieis, muitas atitudes foram tomadas a nível eclesiástico e educacional nos Seminários Nossa Senhora da Conceição da Paraíba do Norte e o Sagrado Coração de Jesus de Aracaju. De acordo com as fontes consultadas, mais precisamente com os estatutos da casas e dos livros que registravam as suas histórias foi possível identificar similaridades nas normas adotadas.

Em ambos os seminários, as normas para admissão eram rigorosas quando comparada a outros estabelecimentos de ensino. Para que o rapaz se matriculasse, eram exigidos atestados de saúde, de vacina e de sanidade mental, certidão de casamento religioso dos pais, uma carta do seu pároco, confirmando a sua idoneidade moral e propensa vocação¹ ao sacerdócio. Em Sergipe, devido a falta de estabelecimentos de ensino que por sua vez trazia como consequência o elevado número de interessados na educação do seminário, foi adotado, a partir de 1920 o exame de admissão, ou seja além dos critérios exigidos, o candidato teria que ser aprovado no exame.

Não era permitida a entrada de alunos que sofressem “[...] moléstias contagiosas ou tão fracas que não podendo seguir o horário ordinário [e] venham impedir a boa marcha da disciplina da casa”². Havia uma taxa de matrícula e mensalidade (pensão). Para os que não podiam arcar com todas as despesas, existia a condição de meio-pensionista e para os que não podiam, sob nenhuma hipótese, eram obtidas doações com os benfeitores, em forma de bolsas de estudos, para que os alunos pudessem estudar gratuitamente.

A carta do seu pároco apresentada pelo candidato deveria traçar o seu perfil, além de dar ao Reitor do estabelecimento dados biográficos e atestar sua vontade no exercício do sacerdócio. Esse pároco também ficaria encarregado de, em todas as férias, fazer um relatório do comportamento do seminarista.

Os aspectos relacionados ao comportamento social também eram levados em conta. Com o passar dos anos, tais quesitos vinham em forma de questionário, contendo cada um

¹ Vocação é entendida aqui como tendência ao sacerdócio.

² Estatuto do Seminário Sagrado Coração de Jesus de 1914, cap. II, art.5º, p. 02.

deles, espaço padrão para que fosse respondido. Ao final do questionário havia sempre um aviso, pedindo ao referido pároco que se tivesse, em sua paróquia, algum candidato ao Seminário, que lhes enviasse a ficha do mesmo. Para isso, o aluno teria de haver concluído o 4º ano primário.

Percebe-se ainda a preocupação não só com a procedência do candidato, tanto de ordem econômica quanto moral, mas, sobretudo, suas tendências comportamentais. O que se pode perceber, mediante tais critérios, é que o que se queria era um clero disciplinado e sem manchas, afinal, o que se pretendia, em termos institucionais, era um clero renovado, destituído de vícios, cuja reputação só viesse engrandecer a visão que se tinha da Igreja.

Quando o aluno era aceito, independentemente das condições financeiras de sua família, tinha que levar seu enxoval, mesmo porque havia uma fiscalização precisa para que os seminaristas se apresentassem bem à sociedade. Esse enxoval, criterioso, não denunciava vaidade ou qualquer outro tipo de sentimento. Ao contrário, era pedido apenas o extremamente necessário para sua instalação na nova casa do aluno.

Todo esse processo seletivo foi porque, em períodos anteriores, o ofício de sacerdote era abraçado não apenas por quem tinha vocação, mas por aqueles que procuravam prestígio social e uma renda fixa. Não que isso tenha deixado de existir, mas desta forma ficaria mais difícil romper com as normas estipuladas.

Ao passar para o interior das instituições, ficou mais fácil entender a construção do novo perfil. Nos seus primeiros anos de funcionamento, as regras dos Seminários eram bastante rígidas, a começar pela matrícula que não poderia ser feita fora do prazo, com exceção dos novatos. A disciplina era bastante rigorosa. Ao aluno não era permitida toda e qualquer conversa nas bancas de estudo, durante as aulas, no refeitório, no banheiro, até mesmo com os empregados. Quando a sirene tocava, todos deveriam calar. A nenhum aluno era permitido retirar-se do local sem a autorização do “prefeito” (monitor). As amizades eram proibidas, assim como a formação de grupos e as respectivas conversas. Durante o recreio, não eram admitidas brincadeiras e cabia ao prefeito verificar se os alunos tinham proximidade corporal, assim como evitar a entrada de outras pessoas nas celas individuais, dentre outras.

As normas impostas pelo Seminário visavam, sobretudo, a disciplina e a submissão, características que deveriam fazer parte do perfil do padre formado pelo Seminário. Se o processo de habilitação para o Seminário já era bastante rigoroso, os deveres que eles tinham que cumprir, uma vez nos Seminários, não eram diferentes, de modo que, aquele

que, de certa forma, forjasse as fichas de admissão, acabaria por ser revelado no cotidiano do Seminário.

A MATERIALIZAÇÃO DOS FUNDAMENTOS

D. Adauto junto com seus escolhidos (Santino Maria da Silva Coutinho para secretário, Estevão José Dantas para escrivão da Câmara Eclesiástica e Sabino Coelho como promotor do bispado) prepararam a diocese da Paraíba do Norte. Composta de 73 paróquias, das quais 43 na Paraíba e 30 no Rio Grande do Norte, sendo 18 delas sem provimento, D. Adauto além de instituir a cúria, proveu 14 das 18 paróquias sem provisão, ficando de fora apenas Alhandra, Baía da traição, Livramento e Taquara, consideradas, de fato, decadentes.

Com o propósito de colocar em práticas os fundamentos da Igreja D. Adauto tratou logo de prover sua diocese (1892) de duas instituições de ensino: um colégio para rapazes, o Colégio Diocesano Pio X e um outro dispensado a preparação dos seus padres, o Seminário Nossa Senhora da Conceição. Fundou no ano seguinte, em 1895 também um colégio para meninas, o Colégio Nossa Senhor das Neves, entregue as “Damas do Coração Eucarístico”.

De acordo com Câmara,

Ficou desta maneira a capital com três importantes estabelecimentos de ensino secundário, fundados e mantidos pela Igreja. E, cousa honrosa para a nossa religião, enquanto o Estado mantinha ali os dois conhecidos (Liceu e Escola Normal), a diocese com um ano de instalada, demonstrava, em relação aos poderes públicos e a exemplo dos tempos coloniais e imperiais, muito maior zelo pela causa da instrução” (CÂMARA, 2000, p. 125).

Se levarmos em consideração que, independentemente do tamanho da diocese e das inexistentes condições de transporte, D. Adauto já em 1895, propôs a criação de dois colégios também nas terras do Rio Grande há que se perceber a pressa e a estratégia de tomada espacial. Embora não de imediato, mas já em 1900, D. Adauto fundou em Mossoró o colégio Santa Luzia e em Natal no ano de 1902, o colégio Imaculada Conceição destinada a formação de moças e confiado as irmãs Dorotéas. Nessa mesma cidade no ano seguinte foi fundado o colégio Santo Antonio destinado a instrução de rapazes que ficou sob a direção de um de seus padres o pároco Irineu Jófili. Além de ter dado continuidade à obra do padre Inácio Rolim, quando este fundou numa fazenda um colégio de ensino primário e secundário e que, por ordem do bispo, anos depois levou o nome de Colégio diocesano padre Rolim. Tal colégio deu origem a cidade de Cajazeiras.

D. Aduino até 1914, quando sua diocese foi elevada a categoria de arcebispado, já havia feito várias visitas pastorais, fundado 13 freguesias e criado o jornal a *Imprensa* (27/05/1897), órgão destinado, dentre outras coisas, a formação moral e cultural de seus fieis. Esse jornal tinha como objetivo “[...] oferecer a população uma leitura sábia e edificante[?], como veiculo de propagação da fé[?] ou dos sãos princípios da igreja Católica” (CÂMARA, 2000, p. 130)

Através desse impresso o bispo pôde se comunicar com todos, muitos dos quais não freqüentavam sua Igreja. Através dele, D. Aduino fazia as cobranças morais, religiosas e até financeiras, além de atacar ou defender-se de seitas a exemplo da Maçonaria, que iam de encontro aos ideais católicos vigentes. Nesse impresso ele teve três grandes colaboradores: os padres Santino Coutinho, Manuel Paiva e José Thomaz Gomes da Silva, que assumiram a responsabilidade da Igreja no combate a campanha anti-clerical levada a cabo pelo jornal “O Comércio”.³

Uma outra atitude do Bispo Aduino foi a proibição da revista *Malho* para ele uma “perigosíssima revista” tal atitude ganhou eco no restante do país e a revista perdeu 35.000 assinaturas o que lhe rendeu arrependimento dos ataques feitos aos sacerdotes católicos.

A administração de D. Aduino foi tão eficiente que já no ano de 1914 foi instituída uma Província Eclesiástica e criada pela bula “*Majus Catholicae religionis incrementum*” do Papa Pio X uma diocese no interior com sede em Cajazeiras. Tais medidas deixavam bem delimitados os espaços ocupados pelo catolicismo em detrimento do protestantismo e a favor da doutrinação dos seus fieis.

Da mesma forma aconteceu com a Diocese de Aracaju (1910) e o seu primeiro bispo D. José Thomaz Gomes da Silva. Pupilo de D. Aduino, D. José, que fora dentre outras coisas, visitador eclesiástico dos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, diretor do jornal a *Imprensa*, professor do Seminário Nossa Senhora da Conceição e secretário do bispado de D. Aduino.

Passada as comemorações, dois dias depois, já deu início ao trabalho de reestruturação da Igreja local, participando, dessa forma, do projeto nacional de reforma do clero. D. José começou seu officio fazendo as devidas nomeações para composição de sua diocese: o Rvmº. Monsenhor Manoel Raymundo de Mello, como vigário Geral, e o Cônego Francisco Gonçalves Lima, para Promotor do Bispado; para consultores ou

³ O Jornal a *Imprensa* funcionou até 1909, quando por motivos financeiros, decorrentes da seca que atingira o Estado da Paraíba, ele fechou só reabrindo tempos depois com outro nome.

assessores diocesanos os Rvms. Padre Lourenço Maria Giordano, Frei Joaquim Benk, cônegos Francisco Gonsalves Lima e João Florêncio da Silva Cardoso.

Depois, da mesma forma que seu mestre, fundou um boletim, meio pelo qual ele informava aos padres e paroquianos tudo que estava acontecendo com a igreja em nível mundial e nacional, além de informações acerca de sua administração, pois era nessa publicação que D. José fazia as devidas cobranças, tanto financeiras como espirituais e morais.

Esse boletim deu origem ao jornal “A Cruzada” que da mesma forma que o jornal a “A Imprensa” foi a maior arma de combate ao protestantismo no Estado. Há nesse jornal uma variedade enorme de artigos enaltecendo a doutrina católica e combatendo os maçons, os espíritas e principalmente os protestantes. Os embates, já foram inclusive tema de alguns artigos dos estudiosos do cristianismo em Sergipe.

Visitas pastorais e criação de paróquias também foram atitudes importantes no tocante à ampliação dos domínios da Igreja em Sergipe, sem contar com a relação desenvolvida por D. José com os governantes do Estado e com os representantes da elite econômica e intelectual local. O bispo agiu como um estrategista, inseminando os preceitos da igreja em toda a sua circunscrição.

Dentre os fatos que marcaram o seu bispado está o auxílio material e espiritual dado aos estabelecimentos escolares e assistenciais, a exemplo do Instituto Bento XV, do Ginásio Nossa Senhora das Graças, da cidade de Propriá; do Colégio Sagrado Coração de Jesus, do Ginásio Patrocínio de São José em Aracaju; do Orfanato da Imaculada Conceição, do Oratório Festivo São João Bosco, fundado por Genésia Fontes, a D. Bebé, e da Associação Santa Zita, destinado a menores carentes, também em Aracaju. Tais entidades também foram de suma importância não só para ampliação do campo católico, mas, sobretudo por serem nelas que os padres puderam doutrinar seus fieis e, dessa forma fortalecer o combate aos protestantes.

Entretanto sua principal obra foi a criação do Seminário Sagrado Coração de Jesus, que teve uma estrutura inicial bastante parecida com a do Seminário da Paraíba, também foi iniciado em prédio provisório, situado a Praça Camerindo, n.º 181, residência que servia também de casa paroquial. Quanto ao prédio definitivo, o Seminário de Aracaju teve outro caminho. Diferente do primeiro, para o qual foi aproveitado um convento franciscano para sede, para o Seminário Sagrado Coração de Jesus foi construído um prédio próprio, pensado e projetado conforme a vontade do bispo, que teve no novo edifício não só sua casa de formação de padres, mas também a sua residência e o seu palácio episcopal.

Enquanto o Seminário da Paraíba adaptou o convento à estrutura de Seminário, o Seminário de Aracaju teve na experiência do Bispo José Thomaz a iniciativa de fazer jus a lei nº 534 datada de 1907, sancionada pelo então governador Guilherme de Souza Campos, que dizia estar o Estado obrigado a subvencionar a Igreja com a quantia de 100\$000 cruzeiros, divididos em cinco parcelas, destinados a construção do patrimônio eclesiástico.

D. José resolveu para o bem de suas metas, não construir um prédio para funcionar apenas como Palácio, mas também como seminário, tudo em um mesmo prédio. Ao contrário de D. Adauto que construiu o Palácio e a sua residência, na mesma área, mas em prédios diferentes.

A construção do prédio (palácio e seminário) de D. José teve início a partir das doações feitas por uma comissão denominada “comissão pró-seminário”, que contou, a convite do bispo, com figuras importantes da política e da economia local, a começar pelo Presidente do Estado, o general José de Siqueira Menezes. Foi através desse seminário que D. José formou seu clero e pode dar, assim como D. Adauto, seguimento aos fundamentos da Igreja Católica.

Desse modo, o estudo desvendou mais do que uma simples cooperação, por parte dos seminários, para o maior bem da religião, que era a formação de sacerdotes piedosos e instruídos. O estudo revelou também, quem formava as comissões para angariar fundos para os seminários, quais eram os argumentos utilizados para convencê-los a ajudá-los, bem como os fundamentos propostos pelas instituições, para aqueles que quisessem seguir a carreira eclesiástica

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

ANUARIO ECCLESIASTICO DA PARAHYBA DO NORTE. Volume I 1894-1907. Parahiba do Norte: Torre Eiffel, 1919.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba.** Tomo II. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, Conselho Estadual de Cultura, 1997.

ANDRADE JÚNIOR, Péricles Moraes de. **Sob o olhar diligente do Pastor:** a Igreja Católica em Sergipe (1831-1926). 2000. 187 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2000.

BARRETO, Raylane Andreza Dias. **Os padres de D. José:** O Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933). 2004. 130f. Dissertação (Mestrado em educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

CÂMARA, Epaminondas. **A evolução do catolicismo na Paraíba.** Campina Grande: Edições Caravelas, 2000.

DICCIONARIO DE DERECHO CANONICO, Paris: Libreria de Rosa e Bouret, 1867

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **A Igreja e a romanização:** a implantação da Diocese da Paraíba - 1894/1910. 1994. 382 f. Tese (Doutorado) – Departamento de

História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FRAGOSO, Dom Antônio (org.). **O Seminário Arquidiocesano da Paraíba e o jubileu de Diamante de sua fundação**. Paraíba: Imprensa Oficial, 1954.]

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

LIMA, Padre Francisco. **D. Adauto**: subsídios biográficos. João Pessoa: Imprensa Oficial, v. 1, 1956.

LIMA, Padre Francisco. **D. Adauto**: subsídios biográficos. João Pessoa: Imprensa Oficial, v. 2, 1958.

LIMA, João Moreira. **A serviço do reino de Jesus Cristo**: para que todos tenham vida. Aracaju: Ed. Particular, 1984.

MATOS, Henrique Cristiano. **Nossa História**: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. Tomo 2. Período Imperial e transição republicana. São Paulo: Paulinas, 2002. (Coleção Igreja na História).

_____. **Nossa História**: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. Tomo 3. Período Republicano. São Paulo: Paulinas, 2002. (Coleção Igreja na História).

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1988.

NOGUEIRA, Mons. Severino Leite. **O Seminário de Olinda e o seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho**. Recife: FUNDARPE – Diretoria de Assuntos Culturais, 1985.

OLIVEIRA, Luiz Gonzaga de. **Memórias do Internato**. João Pessoa: Ed. Particular, 1961.

REVISTA SCIENTIA ET VIRTUS: Coletânea Litero-apologética pela Academia S. Tomás de Aquino, do Seminário Sagrado Coração de Jesus. Aracaju: Tipografia comercial, 1933.

SEMINÁRIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. **Livro de registro do Seminário Sagrado coração de Jesus (1913-1948)**.

VILAS-BÔAS, Mário de Miranda. **Antologia**. Aracaju: Governo do Estado/Segrase, 1977.